

FENÔMENO GETÚLIO VARGAS: ESTADO, DISCURSOS E PROPAGANDAS

Ana Heloísa Molina*

Resumo: Este artigo discute a construção do Estado Novo vinculado à figura de Vargas a partir da propaganda veiculada e especialmente a utilização do rádio e de cartilhas infantis.

Unitermos: Estado Novo, Vargas, propaganda, discursos.

A elaboração do Estado Nacional como elemento organizador e mediador das contradições de diversos setores sociais, inserido em determinado território e com valores e identidades predominantemente comuns é feita por complexas relações sócio culturais envolvendo entre outros fatores, a eleição de um líder que possa resolver conflitos e contradições decorrentes dessa diversidade de interesses e disputas.

A figura do líder e a construção e veiculação ideológica de seu perfil, constituem a representação não só do poder (transmitido como forte, benevolente e necessário), mas da própria Nação.

A construção do Estado Novo possui características peculiares centrada em uma figura, ainda hoje, polarizadora de opiniões: Getúlio Vargas.

Dispondo de uma estrutura propagandística, depois aprimorada pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), no que se refere à censura e controle de imprensa, esse gaúcho de manhas mineiras após a “Revolução” de 30, dá forma própria à Nação investido de e pelo Estado, utilizando para tal objetivo, o hábil mecanismo do Plano Cohen, (1935), que expurga integralistas e comunistas que ameaçavam seu poder, legitimando-se com a Constituição de 1937.

Este texto pretende analisar o uso das comunicações por Getúlio Vargas, principalmente o rádio e as cartilhas infantis enquanto instrumentos de divulgação de um determinado projeto político, ao

* Professora do Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina - Campus Universitário - Londrina, PR 86051-990.

utilizar como referência signos colocados à população para a construção da figura de líder da Nação e a ação de seus discursos, enquanto fala e ideologia que marcaram momentos históricos significativos.

1. Organização do Estado Brasileiro Pós 30

Um país em que o Estado forjado se impôs antes mesmo que o processo de organização da Nação se instaurasse, considerado minimamente como referência o marco da Independência, não causa espanto em verificar que a relação: presidente/Estado e presidente/pai/salvador, esteja tão presente e arraigada no senso comum da população.

Estas relações em parte devem-se às intersecções das esferas pública/privada que agem e atuam na construção de um perfil adequado de Estado e propõe características ideais para o chefe da Nação.

No período conhecido por Estado Novo é flagrante a elaboração de um quadro em que o Estado e o líder estão intrinsecamente articulados.

O chefe governa o estamento e a máquina que regula as relações sociais a ela vinculadas. Mais como símbolo do que como realidade, o chefe provê, tutela interesses particulares, concede benefícios, incentivos, favores e cargos, dele se esperando que se faça justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais, concentrando todas as esperanças, seja de pobres ou ricos, porque o Estado reflete o pólo condutor da sociedade.

O Estado adjetivado como “novo”, pois contrapõe-se aos “arcaicos” mandatários anteriores (os barões do café); foi moldado a partir das orientações de uma nova Constituição, portanto, a partir de novas regras não somente jurídicas, mas e principalmente, de novos projetos sócio-econômicos.

Contextualizada aos movimentos de ascensão do totalitarismo na Europa, a Constituição de 1937 conservava as características da Constituição de 1891, mas em sua essência, atualizada por novas correntes e idéias fascistas, considera o Congresso um aparelho inadequado e dispendioso e assim impõe Estado que não fosse atado em sua ação por grupos econômicos em disputa.

Este Estado impunha uma centralização de decisões e enquadrava seus tutelados: os trabalhadores. Como? Normalizando

os sindicatos e os contratos coletivos de trabalho e dissídios discutidos por comissões de arbitragem, impondo disposições transitórias que permitiam ao governo aposentar ou demitir funcionários, civis ou militares, cujas ações não se coadunassem com as novas regras e fechando partidos políticos, considerados inadequados e perigosos aos novos rumos da Nação.

O Estado Novo era híbrido, uma criação altamente pessoal e Getúlio estava satisfeito com esta identificação.

1.1. Tradição, Família e Propriedade

Antes de proceder a análise do discurso populista e sua relação com os meios de comunicação é necessário verificar, em linhas gerais, o fenômeno mais amplo deste processo: o populismo.

O chefe do Estado passaria a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso entre diversos setores sociais devido à crise da oligarquia e do liberalismo em um processo de ampliação da instituição Estado, que por sua vez, teve que se apoiar em algum tipo de autoritarismo. Enquanto estilo de governo, o populismo sempre foi sensível às pressões das classes populares (fortalecidas no bojo do desenvolvimento urbano e industrial) buscando conduzi-las, manipulando suas aspirações.¹

Inicialmente formada pelos interesses dominantes (ligados a grupos urbanos que tentaram substituir a oligarquia nas funções do domínio político), essa situação deveria contar agora com um novo parceiro — as massas populares urbanas — e a representação das massas nesse jogo estaria controlada pelo próprio governante.

Nas funções de árbitro, Getúlio Vargas passou a decidir em nome dos “interesses de todo o povo”, tendendo, inclusive, a optar por determinadas alternativas que despertavam menor resistência ou maior apoio popular.

Alguns autores definem esta estrutura política como Estado de Compromisso, onde o novo regime não é oligárquico, não obstante as oligarquias não serem fundamentalmente atingidas. Ao mesmo tempo seria um Estado de Massas, expressão da prolongada crise agrária, dependência social da classe média, dependência social e econômica da burguesia industrial e crescente pressão popular.

¹ Remeto à discussão do tema populismo o trabalho de Weffort, F. *O populismo na política brasileira*, 1980.

As limitações decisivas do populismo ficam por conta da eficácia do líder populista e sua habilidade pessoal em gerenciar os enfrentamentos entre a imagem da soberania do Estado, as forças sociais em conflito e as margens de compromissos assumidos em relação às mesmas.

Neste contexto é necessário considerar o pensamento intelectual da década de 30 que irá dar suporte teórico à doutrina do Estado Novo, caracterizada por três grandes eixos: elitismo, conservadorismo e autoritarismo.

A ausência de homens capazes de assumir as responsabilidades de direção do país era uma das críticas que os intelectuais dirigiam às elites da República Velha. Dispostos a assumir um papel central no debate e processo político, a “boa elite”, pautada por critérios “científicos” reafirmava a desigualdade entre os homens e a presença necessária de uma minoria (elite estratégica), a qual concediam-lhe o privilégio do poder e condução da massa.

Ao se basear no fato natural e demonstrável da desigualdade humana, o elitismo contribuía para aumentar a descrença na doutrina da sabedoria popular e no critério da minoria para a organização do governo.

O conservadorismo presente no pensamento político brasileiro dos anos 30 refere-se à visão de mundo disposta pela ordem, hierarquia e tradição. Este pensamento contém, também, uma concepção de mudança social enquanto desdobramento natural ou “científico” da ordem. Ordem e progresso são as marcas centrais do positivismo-conservadorismo da elite intelectual brasileira que apresenta como preocupação essencial, o conhecimento da realidade, ao mostrar o “Brasil real” para si, com a missão de garantir ordeiramente o processo para estabelecimento deste progresso.

O autoritarismo não poderia ser isolado se o nacionalismo também não fosse visto como distinto e complementar ao processo de formação do Estado Nacional e este projeto unificador envolvendo múltiplos aspectos, é movido pelos ideais de justiça e democracia, mas acima de tudo, regido por uma “razão de Estado”.

Influenciados pela experiência fascista italiana, a leitura feita pelos intelectuais brasileiros, nos anos 30, se fez presente nas propostas doutrinárias do Estado Novo.

Em “O Estado Moderno” escrito em 1934 por Miguel Reale que ocupava à época o cargo de chefe do Departamento Nacional de Doutrina da Ação Integralista Brasileira, é perceptível a discussão doutrinária fascista. Para Reale (1934, p.175), os fundamentos do

Estado fascista são colocados de tal forma que não existe antagonismo entre liberdade/autoridade, sociedade/indivíduo, nação/humanidade, sendo impossível a igualdade entre os homens.

A doutrina do Estado Novo propõe todo o poder necessário ao Estado, visto como única instituição capaz de garantir a coesão nacional e de realizar o bem público, para além dos interesses reais, mas mesquinhos dos indivíduos e dos grupos.

Desenvolve, também, a crença que somente o homem excepcional, portador de virtude, é capaz de expressar e de construir a nova ordem.

Esta doutrina, em suas múltiplas vertentes, mantém semelhanças e distinções com a doutrina fascista, e é a partir dos aspectos comuns, que muitas vezes, o Estado Novo foi identificado com o fascismo.

O uso impreciso do conceito de fascismo acaba por homogeneizar situações históricas distintas. Portanto, colocamos apenas alguns aspectos de aproximação das características entre a organização do Estado Novo e o fascismo, como por exemplo a militarização das forças sociais e o papel dos partidos políticos, ausentes no caso brasileiro.

Assim, no Brasil, o Estado é a instituição propulsora de mudança, mas ao mesmo tempo, responsável pela passagem “harmoniosa” de uma sociedade rural oligárquica para uma sociedade urbano industrial. Esta sociedade, no pensamento destes intelectuais, deve ser hierarquizada e não igualitária, pois, é a igualdade de oportunidades (já que os indivíduos são naturalmente desiguais) que possibilitará a instauração de uma sociedade moderna.

2. Década de 30. O Uso das Comunicações

Uma nova concepção da política é construída com um discurso cultural elaborado a partir de um passado histórico escolhido..

Os elementos na elaboração desta nova proposta política são: “humanista”, pois visa o bem comum, “realista”, voltado para a realidade nacional e “cristão”, onde o cristianismo seria um dos pilares da nacionalidade.

Essa nova concepção de política vem também permeada pelo elemento moralista, pois, se procura resgatar a dignidade e ou a pureza deste conceito, desvirtuado pelo liberalismo, que é preconizado como excessivo.

A legitimação da intervenção estatal na sociedade pressupõe a

construção de uma nova concepção de cultura, vista como fruto de uma nova ordem política instaurada. Desse modo, a figura de Vargas personificará o regime e ao mesmo tempo, encarnará e concretizará os “desejos” do povo, como o condutor do país a novos horizontes.

O neo nacionalismo embutido neste contexto, reata o presente ao passado, colocando em destaque as tradições, costumes, a mescla das raças, o que reforça a idéia de “alma nacional”, mas escamoteia os conflitos e contradições dessa cultura, homogeneizando a Nação.

Com isso a história do Brasil é recuperada como exemplo de renúncia, crença, sacrifício generosidade, onde a paz e a harmonia de interesses contribuem para a evolução dos acontecimentos. A recuperação do passado adquire espaço essencial no discurso que busca mostrar o novo Estado como o realizador do passado.

Alcir Lenharo ao estudar o mecanismo de sustentação da máquina ditatorial do Estado Novo, ressalta os recursos de dominação política e as projeções de idéias para a sociedade através dos meios de comunicação:

Projeta-se para a sociedade, através dos meios de comunicação, uma só imagem de si mesma, imersa num mundo de ficção, a competir com o mundo de sua realidade. O peso dos erros do passado fora afastado; a sociedade antes dividida e conflituosa, agora encontrava o caminho da paz e do equilíbrio; o trabalhador, por sua vez, finalmente tinha a seu favor um Estado protetor e justo; a nação reencontrava-se consigo mesma e abria-se confiante para o progresso econômico. (LENHARO, 1986, p.38).

Como toda ideologia política que busca legitimar uma determinada ordem, o uso dos meios de comunicações pautados em diretrizes culturais e divulgados maciçamente será uma das tônicas desse período.

Analisaremos dois meios utilizados de maneira eficaz e que atingiam a sociedade em pontos cruciais: o rádio, instrumento de comunicação de massa, extremamente importante naquele período e a educação escolar ao criar um pensamento “ordeiro” através das cartilhas infantis.

2.1. "Senhores ouvintes, bom dia ! o rádio traz a paz, a educação, a alegria !!!

A liberdade de imprensa não era tão democrática assim.

No artigo 122 da Constituição de 1937 consta:” **Todo cidadão tem direito de manifestar o seu pensamento oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens mediante as condições e nos limites prescritos em lei. A lei pode prescrever: a) com fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação**” (grifos meus).

Reconhecida pelo próprio Vargas a importância dos meios de comunicação como veiculadores e transformadores da opinião pública, criou-se instituições e dispositivos de controle da informação.

A criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) demonstrou a preocupação com a difusão de notícias. Era subordinado diretamente à presidência da República e sendo o comando de Lourival Fontes, com o apoio de Cândido Mota Filho e Cassiano Ricardo, porta-vozes das diretrizes oficiais, sua função seria controlar e exercer a propaganda e a censura, assim como promover manifestações cívicas e culturais e exposições demonstrativas das atividades do governo, conforme exemplo abaixo, nas instruções à imprensa sobre o que e como informar determinados fatos, onde o DIP entregava mensalmente uma lista de temas proibidos:

Não pode ser noticiada a morte de um operário no restaurante do SAPS quando almoçava.[...] Proibidos quaisquer alusões ao regime brasileiro anterior a 10 de novembro de 1937, sem prejuízo de referências à democracia, pois o regime atual é também uma democracia [...] Nada sobre a União Nacional dos Estudantes [...] Nas notícias e comentários sobre a Espanha, nenhum ataque pessoal ou direto ao general Franco [...] Nada sobre o processo de presos. Nada sobre as passeatas de estudantes paulistas. Nada sobre o desfalque na Caixa Econômica de Niterói (Nosso século, 1986, p.68).

O rádio foi um dos principais dispositivos de divulgação. Utilizado em larga escala, devido ao clima e teor simbólico construído entre emissores e ouvintes causando a sensação de proximidade, calor, intimidade, o rádio exercitava o imaginário de seu público.

A Hora do Brasil programa radiofônico destinado a transmitir diariamente e por todas as estações de rádio do país notícias políticas referentes à atuação governamental — apesar de ironicamente chamado de “o fala sozinho” — é de fundamental importância para compreender o papel desempenhado na construção da figura de liderança de Vargas.²

O rádio permitia a utilização de estratégias, encenando de forma simbólica e envolvente a ilusão de participação e a criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional.

O poder, através do rádio, se faz presente na intimidade de cada um, pessoalizando a relação política com cada cidadão, ao mesmo tempo que atomiza sua condição de participação ao agregá-lo simbolicamente ao coletivo da Nação.

Pela constância de sua presença, a voz do poder insinua, calorosa e persuasivamente, suas mensagens, tornando-as familiares, prevenindo possíveis descaminhos aos propósitos do Estado.

Paralelamente ao discurso político veiculado pelo rádio, cresce o papel e ação da mídia.

À medida que o Brasil se configurava como uma sociedade de massa e consumo, a propaganda adquiria maior significado.

Na imprensa, os desenhos começaram a ser substituídos por fotos, especialmente, de ídolos radiofônicos ou cinematográficos colocados como vedetes e garotos-propaganda de vários produtos a serem consumidos.

Os reclames no rádio eram irradiados lado a lado com jingles, slogans e músicas. além do patrocínio de programas de sucesso. Produtos de beleza, remédios, alimentos, bebidas e cigarros.. tudo se vendia, acrescentado à lista empresas do ramo automobilístico, como: Ford, Chevrolet, GoodYear, Pirelli, Texaco, Atlantic, que começam a invadir as paradas e disputarem o mercado.

A indústria do disco acompanha a expansão do rádio, e cria-se os mitos da música popular brasileira como Aurora e Carmem Miranda, Francisco Alves, Orlando Silva, Sílvio Caldas, Araci de Almeida e é lógico, as “Rainhas do Rádio” Emilinha e Marlene.

A música brasileira compete com a música americana, que é reforçada pelo cinema sonoro. Busca-se vozes de sucesso junto aos ouvintes e que se tornarão clássicas, como os locutores César Ladeira e Almirante.

² Remeto ao estudo elaborado por Lenharo, A. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

Os programas de auditório são a coqueluche do momento permitindo maior aproximação entre as massas e seus ídolos, criando verdadeira atmosfera de delírio e adoração exaltada de fãs clubes e ampliando o repertório musical ao possibilitar o convite de orquestras e cantores populares nacionais e estrangeiros.

Há programas para todos os gostos e todas as horas. Ginástica, música clássica, calouros, radioteatro, música popular, ópera. O serão familiar ganha outro aspecto e o rádio “caixotão” impera na sala, para o entretenimento dos trabalhadores e voz e espaço para o poder.

2.2. Propaganda e marketing

Qualquer aproximação ao estudo da propaganda neste período detectará, necessariamente, o peso das instâncias micropolíticas atuando sobre o cotidiano dos indivíduos, e ao atuar dessa maneira, o poder dissemina-se pelo social para obter um controle de caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo

As instâncias atingidas não ficaram circunscritas a determinados espaços sociais, por isso mesmo, dão acabamento à obra da máquina da propaganda, podendo os condutores dos micropoderes ir do mundo do trabalho à essência do cotidiano de cada um para intervir em suas expectativas e sonhos, reorientar seus projetos de vida, docilizar seus corpos e mentes, o que pode implicar, reversivamente, numa nova relação política com o trabalho e imprimir um novo sentido até mesmo nas relações entre as pessoas.

Assim, a família, o lar e o reino da moralidade patriarcal são as linhas diretrizes de moldagem ideológica e público alvo da propaganda.

Como não existe diferenciação entre comerciantes, empresários, operários e trabalhadores considerados dentro de uma unidade homogênea e harmônica, familiar e nacional, a veiculação do chefe de governo como figura patriarcal (portanto bom e justo) está presente não somente no cotidiano, mas nas cerimônias, senão as tradicionais (Semana da Pátria, Independência, Dia da Bandeira, e especialmente o Dia do Trabalho), principalmente nas “inventadas” (aniversário de Getúlio, Dia da Juventude, da Raça ...)

A disseminação do rosto de Getúlio Vargas, personificando o Estado e o regime, era constante, seja através de fotos, cartazes, lemas, dísticos, moedas, selos, placas comemorativas, seja a intitular grandes instituições, provas esportivas e logradouros públicos.

O mito de Vargas é construído a partir de um múltiplo jogo de imagens que o mostram ora como um homem comum, identificado com o povo, ora como político, realizador de inúmeras reformas na ordem social, ou ainda como verdadeiro líder, investido de dotes especiais.

As qualidades propagandeadas de Vargas como homem, próximo ao povo portanto, são: “cordato”, “ponderado”, “sensível” às mazelas do povo. Já como político é “o pai dos pobres”, “o reformador por excelência em todos os níveis: “doa” a legislação trabalhista, favorece a industrialização e protege intelectuais e artistas. Como líder, é o “estadista que prevê o futuro”, “o homem providencial” a ser seguido como exemplo pela nova geração.

As festas e manifestações populares se tornam “neutras”, limpas de qualquer traço que possa dar margem à insubordinação ou manifestações contrárias ao regime. Um exemplo é no carnaval de 1937, que através de um decreto Getúlio determinava às escolas de samba um tratamento didático (histórico e patriótico) aos sambas enredo.

Desfiles, bailes em qualquer parte do país levavam o retrato de Getúlio, colocado ao centro do salão com seus olhos luminosos e entrefechados, ao mesmo tempo, com ar bonachão, próprio de um pai benevolente, mantém o tom certo e o decoro das danças e conversas.

A burguesia também está em festa. É tempo dos cassinos, dos shows e das vedetes, do glamour. “Joujoux” e “balangandãs”, bailes e festas promovidas pelo governo. O jogo organizado que tanto prazer e dinheiro proporcionava às elites prossegue e amplia-se. Rio de Janeiro, Niterói, Belo Horizonte e finalmente Petrópolis e o luxuosíssimo Cassino de Quitandinha.

As resistências ao clima de “unidade inquebrantável e sem conflitos” ocorre em instâncias, que aqui serão mencionadas e não aprofundadas, de maneira muitas vezes sutis. Paródias de música, imprensa negra, piches, cartuns, charges, histórias em quadrinhos estão presentes e pulsantes não só nos meios subterrâneos, mas afloram à superfície cotidiana da sociedade, sinalizando que nem tudo é tranquilo.

Este traço de getulização do regime aponta claramente para a confluência da abordagem psicanalítica da propaganda com a organização do mecanismo propagandístico propriamente dito.

Por meio da afirmação da onipresença unidimensional da pessoa física e simbólica, que é assegurada pelos meios de comunicação, a imagem do chefe ganha contornos morais a serem copiados e moldados, onde estes ideais se reproduzem nas infindáveis situações

de identificação entre os subalternos e a autoridade do chefe: na intimidade da casa, nos espaços de trabalho e lazer, nas escolas e festas cívicas.

A técnica da propaganda explora exaustivamente, em certo clima de religiosidade, as relações de chefe e comandados o que desemboca especialmente no culto e veneração à Pátria. Lar, Escola e Pátria são as referências utilizadas à divulgação das mensagens do poder ao povo, e neste ponto, a literatura ufanista e as cartilhas infantis são os instrumentos mais utilizados e destacados.

2.3. Getúlio Vargas para crianças. Cartas marcadas e o fazer de um herói.

“Crianças!

Aprendendo no lar e nas escolas, o culto da Pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito!”

(Cartilha “A Juventude no Estado Novo”)³,

A educação infantil é espaço estratégico para iniciar um determinado controle social e veicular um discurso nacional-moralista, através de livros e lições escolares. Com sugestivas mensagens é montado através de quadros, cenas e gravuras, incluindo palavras de ordem como “labor cotidiano”, “os cuidados do lar”, “a tenacidade” e a “grande virtude militar, a organização da disciplina necessária para a construção da Pátria” (A Juventude no Estado Novo, Rio de Janeiro, s/d).

O lar é o local privilegiado do aconchego. Num dos quadros desta cartilha, um menino, vestido de marinheiro, beija a mão de sua mãe, vestida sobriamente de casaco. Ao seu lado, também de pé, encontra-se o pai e marido, por sua vez trajando terno e gravata. O ambiente é acolhedor; as três personagens encontram-se de pé, junto a uma mesa com abajur e vaso de flores. Um livro está aberto ao lado de um copo e uma xícara. O ambiente exala calor humano e as pessoas se mostram joviais, serenas e satisfeitas. O modelo a ser copiado é a família da classe média, feliz e harmônica.

Na escola, o professor sugere emoções cívicas exercitando

³ A imagem relacionada à frase traz a figura de Getúlio sorridente, segurando o queixo de uma saudável e alegre menina de fita rosa no cabelo. Ao fundo, um menino sorrindo com gravata escolar agita a bandeira nacional.

seus alunos para o impulso heróico. “Concito-vos, a utilizá-la [a escola] no puro e exemplar sentido do apostolado cívico, infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil”⁴ (Cartilha “A juventude no Estado Novo”).

Como figura sutil e implícita, Getúlio Vargas paira entre palavras e imagens. Cartazes apresentando pessoas sorridentes e felizes e textos conclamativos que supõem sempre uma voz a comandar o leitor infantil e incitá-lo para a boa ação são distribuídos abundantemente nas escolas, tanto nas manifestações cívicas como no cotidiano em sala de aula.

Mirna Pinsky e Edmir Perroti (1981) levantam interessantes pistas na análise da biografia de Vargas dirigida especialmente ao público infantil. O livro “Getúlio Vargas para crianças” de Alfredo Barroso é lançado em 1940, apresenta ilustrações de Fernando Dias da Silva e discorre a trajetória edificante do menino ao político Vargas.

A construção desse perfil ocorre, interessantemente, quando o biografado se encontrava vivo e no auge de sua carreira política, impingindo ao destinatário — a criança e o jovem — um universo modelo e necessário.

O texto desta produção biográfica conduz o leitor na direcção do produtor-reprodutor dentro do modelo proposto, ou seja, destina a jovens um modelo de história e heróis contemporâneo, presente, vivo e não relegado ao passado, colocado como distante e incompreensível.

O fazer e a legitimação deste herói se dá ao construir uma imagem de predestinação e ao reafirmar continuamente as marcas de seu carácter (integridade, bondade, eficiência, capacidade de trabalho), envolvendo o leitor em uma estrutura narrativa em que não há espaços para dúvidas do potencial deste líder, encaminhando e antecipando um final feliz para todos, ou seja, Getúlio Vargas é o homem certo para levar, da forma que determinou, o país ao um grande futuro.

As oposições e contradições não poderiam ser eliminadas, pois, outras fontes confrontariam as informações. O meio utilizado para desqualificá-las foi a transformação da oposição política em instigadora do bom trabalhador, colocadas nesta biografia, em uma posição maniqueísta com Vargas, ou seja, o trabalhador bom X ociosidade política, desarticulando desta maneira qualquer tentativa de ataque aos ideais veiculados e de certa maneira assimilados.

⁴ Esta passagem está aliada a figura de uma professora elegante e discreta que aponta um mapa do Brasil para um aluno em pé com livro nas mãos, junto ao peito. Outras crianças consultam livros e olham a professora com admiração, veiculando a imagem de “disciplina”, “ordem” e “respeito”.

A construção da figura do herói envolve dois elementos significativos; a qualidade de seus atributos e feitos colocados como exemplos a serem seguidos e o jogo contraditório entre próximo e distante em que tal personagem se coloca: presente de forma sutil no cotidiano e portanto próximo ao se identificar com cada um e todos; e distante, intocável em sua aura de líder máximo e condutor da Nação a um destino perfeito.

Getúlio Vargas, de forma eficaz e sem precedentes em nossa história, conseguiu realizar tal intento, sendo ainda hoje, cultuado de forma veemente.

3. 1945-1954. Permanências, discursos e contra-golpes

A ordem internacional e o processo de redemocratização não admitia mais a sobrevivência do Estado Novo, em parte já minado internamente, com oposições de cunho liberal.

A partir de 1945, a vitória dos Aliados na grande guerra avizinha e começa o combate, já às claras, contra Getúlio. O governo é forçado a marcar eleições, mas é derrubado com o golpe de outubro de 45.

Acaba o regime, não o chefe. Getúlio Vargas retira-se de cena, mas não encerra seu ato.

A imagem mítica de Getúlio Vargas formada e alimentada nas instâncias do imaginário, de maneira simbólica e nos espaços do real, é movida e moldada pelo discurso.

Este discurso não será rotulado de populista, mesmo porque o próprio conceito, ainda é ambíguo em sua extensão e diversidade de fenômenos que denomina; e sim será caracterizado como peculiar e especial, articulado como está à figura de Vargas.

Os laços sociais criados a partir da veiculação de uma identidade — o trabalho — cria a unidade básica de similitude ,ao mesmo tempo, o objeto/sujeito deste discurso. Trabalhadores urbanos, rurais, operários, comerciantes, profissionais liberais, o presidente, as Forças Armadas, são os alvos e os elementos desta nova ordem sócio-econômico política; particularizando sem contradições, homogeneizando o povo, conferindo-lhe feição determinada: todos são trabalhadores do Brasil.

Assim os fatores: emissor [elabora] → discurso [cria e idealiza] → “real” [atinge e molda] → receptor só possuem sentido na especificidade do elemento ideológico atuante e na definição para os

seus agentes qual o nível da vivência de sua prática no real e de sua ação política., ou seja, o que se espera em termos de ação e pensamento de seus atores.

Não há ação política, em seu termo mais básico de “ciência do governo dos povos”, fora da prática de atores sociais, e não há prática exceto no universo da ideologia. Neste espaço se digladiam a dominação, suas contradições e as formas de sua contestação.

Se pensarmos o discurso “populista” além da visão tradicional como produtor de um “efeito de manipulação”, podemos cruzar com as vertentes do “popular” e levantar alguns dados de sua eficácia. Por que “deu certo” esse discurso ? Quais as referências de sua credibilidade e força, já que desenvolveu a política do país por mais de 30 anos ? O que faz dele, ainda hoje, uma imagem tão poderosa, que ainda assombra o presente ?

Estas questões remetem ao destinatário, o “povo” que, no ato de ouvi-lo e nele se reconhecer, confere ao Estado e ao discurso que dele emana, seu poder, pois, ao dar ao povo uma imagem de si que lhe é familiar, mas projetada agora no espaço próprio da política, como identidade política em que se reconhece, é reconhecida e legitimada no mesmo ato também pelo outro, graças ao lugar de poder de onde é enunciado, criando, neste discurso, laços sociais necessários à sua manutenção.

Se o discurso estado-novista estabelece a continuidade histórica entre o passado e o presente, apelando para a existência de “leis históricas” que, ao dirigir o processo de desenvolvimento da sociedade, efetuariam o equilíbrio entre as forças de conservação e de transformação, podemos levantar algumas raízes desses elementos, que tanto na Europa como no Brasil se articulam e entrelaçam, pelo menos, desde o século XIX: de modo genérico, o discurso da literatura (modernidade e sociedade burguesa), criou o romance, a grande literatura e a literatura popular, configurando-as como tal, em fronteiras impostas pela ação acadêmica.; de modo específico, no espaço propriamente político, a questão social se enraizou na tradição da filosofia positivista francesa do século XIX.; cruzando com os dois precedentes e os impregnando, o discurso da ética cristã, passou a ser utilizado com funções sociais específicas, conferindo um caráter moral a quem o emite.

Nos fragmentos articulados de seu discurso inscreve-se elementos do discurso popular, palavras adequadamente utilizadas para atingir e identificar com a população. Vejamos:

[...] na palavra de Getúlio Vargas, as leis sociais do Estado Novo devem **“amparar e beneficiar os trabalhadores”**, cabe **“assegurar-lhes a tranquilidade na invalidez e a de seus filhos na orfandade”**. Cabe ao Estado **“isentá-los do pagamento de impostos, providenciar” para que todos os domínios da sua vida privada, da casa à subsistência, do vestuário à educação dos filhos sejam cobertos pela “ação tutelar e previdente do Estado”, já que é natural, em todo lar organizado, o desejo de ver os filhos continuar os pais na sua trajetória de trabalho honesto, repetindo em todos os lares as alegrias simples da família.** (MONTES, 1981, p.70) (grifos meus)

A solidariedade, comum à classe trabalhadora é anunciada na “colaboração de todos os setores sociais, idênticos na qualidade de trabalhadores”, onde a participação é essencial para garantir os resultados de um “trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos — patrões e operários, chefes de indústria e proletários, lavradores, artesão, intelectuais — um regime de justiça e paz”, trazendo “ a felicidade da Pátria brasileira”.

O papel esperado e assumido pelo Estado será então o de “juiz nas relações entre empregados e empregadores, porque corrige excessos, evita choques e distribui equitativamente vantagens”.

A construção desta imagem sem máculas a partir de elementos ansiados e idealizados, confluem na imagem do portador do poder do Estado na memória popular – “pai dos pobres”.

A força dessas metáforas ultrapassa os moldes do discurso getulista e amplia o horizonte dos discursos populistas, utilizados posteriormente por Leonel Brizola, Ademar de Barros e Jânio Quadros, que não são objetos de análise neste momento.

Se em 1945, Getúlio ruma com a família para sua fazenda Itu em Rio Grande do Sul, em 1950 “ Ele voltará conduzido pelo povo”.

Neste período de pausa, nas emissoras de rádio, uma música tocava com insistência cada vez maior: “Bota o retrato do Velho outra vez/ Bota no mesmo lugar/ O sorriso do Velhinho/ Faz a gente se animar.” (Retrato do Velho. M. Pinto e H. Lobo).O “velho” era uma alusão a Getúlio e de fato, seu retrato, multiplicou-se entre os populares.

Eleições realizadas a 03 de outubro de 1950 deram a vitória a Getúlio Vargas.

O povo e os trabalhadores eram conclamados a participar e apoiar Getúlio na tarefa de levar o Brasil a resolver seus problemas internos e conquistar seu lugar de direito entre os outros países.

Retoma-se as palavras de mobilização, proximidade e apoio mútuos: “trabalhadores”, “amigos”, “companheiros”, “preciso de vós”, “precisais de mim”.

“Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa jornada, preciso de vós, tanto quanto precisais de mim (...) preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo, “ (Discurso no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1951. Ensaios de Opinião, 1975, ed., Inúbia, p.21).

Mas a situação não parecia risonha. Lacerda e seus companheiros cerravam bateria de oposições.

Após o incidente da rua Toneleros, a campanha anti-varguista aumenta e o país aguarda em expectativa. O clímax sobrevém com o suicídio de Vargas, que se retira de cena, como o ator que atordoa a platéia e desaparece rumo ao Olimpo, deixando a todos embasbacados com o final inesperado.

A Carta-Testamento explosiva, na qual se apresentava como mártir dos pobres e da nação espoliada pelo capital estrangeiro promove violentas e comoventes manifestações populares.

Getúlio Vargas fez de sua morte a última e desesperada tentativa de contra-golpe político. Surtiu efeito e surpresas: as forças conservadoras de oposição retrocediam a marcha para o golpe, que viria dez anos depois.

4. Considerações finais

A atualidade das indagações a respeito da construção de um líder político e a mitificação de sua figura, via marketing e desgastados discursos enérgicos, é extremamente instigante a partir do momento em que percebemos a permanência neste discurso político de elementos e palavras-chaves de identificação popular, mascarado por metáforas semelhantes e condizentes retóricas, modernizados por outros tecnológicos efeitos de mídia.

Getúlio Vargas conseguiu montar uma estrutura de propaganda afiada ao utilizar e priorizar o rádio como instrumento de comunicação com maior poder de penetração naquele momento, atingindo todos os setores da sociedade, tanto no espaço privado como no público, para construir a imagem de um presente sem contradições, presente este construído por “imagens mentais” ao ouvir discursos de solidariedade,

união, tranquilidade em relação à liderança. Esta imagem do presente será a referência para um ideal de futuro, já que o passado próximo não seria o mais moral e historicamente adequado para a qualidade e nível de vida a ser adquirido por esta nova sociedade.

O futuro será entrevisto e cultivado a partir da infância, onde as cartilhas e histórias para as crianças serão as responsáveis pela continuidade e permanência da adoração de seu líder, único capaz de orientar os rumos predestinados da Nação.

Ao construir e manipular novas referências e marcos de tempo, impõe-se uma outra história e outras memórias, sendo estas elaboradas por sobreposições, omissões e emissão de determinadas imagens, palavras e falas que perpetuarão determinadas mensagens.

O fenômeno Vargas e sua identificação com o Estado e com o poder, se torna compreensível através da forma como esta era comunicada, através da propaganda e discursos à Nação, pelas festas cívicas públicas, no espaço privado do lar, reservado ao “ouvir o rádio” e no espaço escolar, ao cultuar um herói vivo.

O eterno saudosismo que percorre a tradição cultural brasileira manifestando saudades em que o país era governado no período Sarney, da ditadura militar e de um “homem como Getúlio” persiste hoje. O retorno aos “Anos Dourados de 50”, “Anos Rebeldes de 60” e “Anos Alegres de 70” veiculados, comumente, enquanto um passado idôneo e sem contradições ou dores é uma triste herança para um povo que se não perdeu o bonde da história, e nem se preocupa em recuperá-la procura desesperadamente uma luz no fim do túnel capaz de salvá-lo de si mesmo, especialmente, ao colocar nas mãos de um indivíduo a responsabilidade do êxito e sucesso de sua condução a um futuro, que em sua essência, é resultado de ações coletivas muito concretas.

Bibliografia

BARROS, Edgard Luiz. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1991.

DORATIOTO, Francisco Fernando M., DANTAS FILHO, José. *De Getúlio a Getúlio. O Brasil de Dutra e Vargas. 1945 a 1954*. São Paulo: Atual, 1991. (História em documentos)

- Getúlio Vargas*. Edição histórica. São Paulo: Abril Cultural, [s. d.].
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.
- MONTES, Maria Lúcia. O discurso populista ou caminhos cruzados. In. MELO, José Marques de (Coord.) *Populismo e comunicações*. São Paulo: Cortez, 1981.
- “NOSSO Século”. São Paulo, Abril Cultural, 1986. Volumes V (1930/1945 A Era Vargas 1ª parte) e VI (1939/1945 Era Vargas 2ª parte).
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Angela Maria Castro. *Estado Novo, Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PINSKY, Mirna & PERROTI, Edmir. Getúlio Vargas para crianças: a exceção e a regra. In. MELO, José Marques de (Coord.). *Populismo e comunicação*. São Paulo : Cortez, 1981.